

DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO SÉCULO XXI

Data de submissão: 21/05/2024

Data de aceite: 01/08/2024

Marília Borborema Rodrigues Cerqueira

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6463203726450181>

Rodrigo Caetano Arantes

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6234480920927309>

Maria Elizete Gonçalves

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4416662802091683>

Gustavo Soares Saraiva Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/4710961705097185>

Camila Medeiros Dias

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais

Tiago Aguiar da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6955676420434782>

Lara Giovanna Sousa

Universidade Estadual de Montes Claros
Montes Claros – Minas Gerais

RESUMO: A estrutura etária de uma população sofre mudanças à medida que alteram a mortalidade, fecundidade e migração, definindo demandas diversas. Este trabalho revisita ensaio apresentado em congresso internacional, tendo objetivo geral analisar a estrutura etária do Brasil e de algumas Unidades da Federação – UF, enfatizando o processo de envelhecimento e trazendo dados do último Censo. A metodologia adotada foi elaboração de indicadores de estrutura etária, com população residente recenseada (2000 e 2022) e projetada (2060 para Brasil e 2030 para UFs). Os principais resultados indicam que o processo de envelhecimento brasileiro é célere, começando século XXI com 8,6% de pessoas com 60 anos ou mais (em 2000) e passando para 15,8% em 2022. Em 2060, as projeções revelam 33,7% de idosos no país, ou 73,5 milhões. Esses números absolutos perfazem Razão de Suporte Potencial (pessoas ativas de 20 a 59 anos em relação aos idosos), em 2060, de 1,6 para homens idosos e 1,3 para idosas, significando pouco mais que uma pessoa ativa para um idoso. As UFs mais envelhecidas, em 2022, com mais de 16,5% da população constituída por idosos, são Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro,

Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Espírito Santo. Em 2030 essas UFs terão percentuais de idosos acima de 20,8, com exceção do Espírito Santo, com 19,2% e surgindo Santa Catarina, com 20,1%. Ressaltam-se os números absolutos de idosos, que incitam pensar em indivíduos precisando de cuidado, companhia, entre outros suportes. As Razões de Suporte Potencial femininas mais baixas que as dos homens, confirmam que as mulheres saem do mercado de trabalho mais cedo e são mais longevas. Esses resultados são vitórias no tocante à sobrevivência e longevidade, e instigam o redesenho de políticas públicas para uma população envelhecida, principalmente para atender demandas por cuidado e serviços de saúde específicos idosos.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura etária, Envelhecimento populacional, Idoso, Indicadores demográficos, Censo Demográfico 2022.

BRAZILIAN DEMOGRAPHIC DYNAMICS AND POPULATION AGING IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The age structure of a population changes as mortality, fertility and migration change, defining different demands. This work revisits an essay presented at an international congress, with the general objective of analyzing the age structure of Brazil and some Federation Units – FU, emphasizing the aging process and bringing data from the last Census. The methodology adopted was the development of age structure indicators, with censused resident population (2000 and 2022) and projected (2060 for Brazil and 2030 for FUs). The main results indicate that the Brazilian aging process is rapid, starting the 21st century with 8.6% of people aged 60 or over (in 2000) and rising to 15.8% in 2022. In 2060, projections reveal 33.7% of elderly people in the country, or 73.5 million. These absolute numbers make the Potential Support Ratio (active people aged 20 to 59 in relation to elderly people), in 2060, 1.6 for elderly men and 1.3 for elderly women, meaning little more than one active person for one elderly person. The oldest FUs, in 2022, with more than 16.5% of the population composed of elderly people, are Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná and Espírito Santo. In 2030, these FUs will have a percentage of elderly people above 20.8, with exception of Espírito Santo, with 19.2% and Santa Catarina, with 20.1%. The absolute numbers of elderly people stand out, which encourages thinking about individuals in need of care, company, among other supports. The Potential Support Ratios for women that are lower than those for men confirm that women leave the job market earlier and are longer-lived. These results are victories in terms of survival and longevity, and instigate the redesign of public policies for an aging population, mainly to meet demands for specific elderly care and health services.

KEYWORDS: Age structure, Population aging, Elderly, Demographic indicators, 2022 Demographic Census.

INTRODUÇÃO

Na medida em que o futuro se avizinha, as mudanças populacionais ocorrem par a par com a sociedade que evolui. A presença de inovações tecnológicas nas diversas áreas, como exemplo, na área da saúde, vem permitindo que as pessoas vivam mais tempo, controlem a sua prole e, no que diz respeito à residência, as pessoas têm meios de migrar. Essas referências às variáveis clássicas da demografia – mortalidade, fecundidade e migração – têm o propósito de falar sobre a importância das mudanças populacionais na avaliação das oportunidades para a sociedade humana, como também para o registro das demandas e da necessidade de políticas públicas que proporcionem melhores indicadores de bem-estar e qualidade de vida. Como assinala Brito (2007), essas alterações da população brasileira têm ocorrido muito rápidas e exigem uma resposta também rápida e apropriada, que não se efetivará sem a presença do Estado.

Com a transição epidemiológica, que resultou na mudança do perfil de morbidade e mortalidade da população, e a transição demográfica, que é “[...] um dos fenômenos estruturais mais importantes da história recente” (BRITO; AMARAL, 2020, p. 7), quando há a diminuição das taxas de mortalidade e, posteriormente, das taxas de fecundidade, a estrutura etária das populações sofreram e sofrem mudanças. A dinâmica demográfica é algo contínuo, porque as decisões passadas de controle da parturição, das diversas gerações de mulheres, têm resposta ao longo da estrutura etária, revelando número menor de crianças “entrando” na população e, conseqüentemente, perfazendo números relativos crescentes de idosos. Soma-se a esse fato o número absoluto crescente de pessoas com 60 anos ou mais, como resultado da queda da mortalidade nas idades consideradas idosas (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005).

No contexto da dinâmica demográfica e transformação da estrutura etária, surge a janela de oportunidade ou bônus demográfico, que é o momento em que a População em Idade Ativa – PIA está em maior crescimento do que a população total (ALVES, 2020). É um momento em que há mais potencial de produção e crescimento econômico, porém, é necessário criar condições para que a PIA tenha oportunidades suficientes para produzir riqueza na economia, por meio do acesso à educação e ao emprego.

Este trabalho revisita um ensaio sobre o mesmo tema, apresentado em congresso internacional, e tem como objetivo geral analisar a estrutura etária do Brasil e de algumas unidades da federação no século atual, com ênfase no processo de envelhecimento populacional e trazendo para as análises, os dados do Censo Demográfico de 2022.

Seguindo os passos de Condorcet e Malthus no século XVIII, revisitados por Alves (2002), e analisando os trabalhos como os de Carvalho e Brito (2005), Alves (2020 e 2022), Camarano (2023), entre outros, faz-se de suma importância incorporar a variável “população” aos debates teóricos, às pesquisas e às pautas dos legisladores de políticas públicas. Os resultados da dinâmica demográfica, refletidos na estrutura etária das populações,

carregam a tendência de envelhecimento irreversível, como já afirmavam Carvalho e Brito (2005), no início deste século. Ademais, a velocidade do envelhecimento populacional brasileiro traz várias questões para gestores dos sistemas de saúde e previdência, entre outros, com implicações para toda a sociedade, conforme já tinha registrado Veras (2009). Essas são justificativas para este trabalho.

METODOLOGIA

Dada a natureza do objeto de estudo, este trabalho caracteriza-se como um estudo descritivo (GIL, 2008) e a metodologia adotada foi a elaboração de indicadores de estrutura etária, a partir dos dados de população residente recenseada (2000 e 2022) e projetada (2060 para o Brasil e 2030 para UFs), coletados no sítio oficial do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS e no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O método seguiu aquele utilizado por Carvalho e Rodriguez-Wong (2008), com a divisão da estrutura etária em três grupos: 1) Jovens: indivíduos pertencentes ao grupo etário de 0 a 14 anos; 2) População potencialmente produtiva: indivíduos pertencentes ao grupo etário de 15 a 59 anos (exceção aqui, para seguir a legislação brasileira no tocante à definição de idosos) e 3) Idosos: indivíduos pertencentes ao grupo etário igual ou maior que 60 anos (BRASIL, 2022). Os indicadores elaborados foram: índice de idosos; razões de suporte potencial (replicando metodologia adotada por ALVES, 2022); razões de crianças por pessoas em idade ativa e produtiva; percentual de grupos populacionais.

Perpassando todas as etapas do trabalho, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, com fins de oferecer a fundamentação teórica imprescindível para estudos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura etária de uma população sofre alterações à medida que os componentes demográficos – mortalidade, fecundidade e migração – se alteram. Na população brasileira, o resultado dessa dinâmica pode ser visto nas proporções dos grupos etários: a parcela da população brasileira com 60 anos ou mais, como já dito, definida como idosa pela legislação brasileira (BRASIL, 2022), passou de 8,6% do total populacional, no início do século atual, ano 2000, para 15,8% em 2022, de acordo com os dados do último Censo Demográfico brasileiro do referido ano. Veras (1994), no século passado, denominou o Brasil como “país jovem de cabelos brancos”, chamando a atenção para o processo célere de envelhecimento do Brasil.

E considerando-se essa celeridade do processo de envelhecimento (BRITO, 2008) e a irreversibilidade da transição demográfica, é importante registrar o declínio no total de crianças na população. Nos mesmos anos citados, a população de crianças (de 0 a 14

anos), passou de 29,6% em 2000 para 19,8% em 2022, uma redução de aproximados 10 pontos percentuais.

O indicador de total de crianças por população em idade ativa e produtiva (conhecido na literatura como Razão de Dependência Demográfica Jovem), em 2000, foi igual a 47,9% (ou, para cada 100 pessoas de 15 a 59 anos, existiam aproximadamente 48 crianças de 0 a 14 anos). Em 2022, esse indicador foi igual a 30,7% e, para 2060, esse indicador será de 24,4%. Esses números ressaltam a menor entrada de crianças na população ou, o movimento de queda crescente na fecundidade (ALVES, 2022). A Taxa de Fecundidade Total – TFT de 2022, para o Brasil, foi de 1,6 filho por mulher, valor abaixo do nível de reposição de gerações (nível de reposição de gerações igual ou superior a 2,1 filhos por mulher).

É sabido que a fecundidade é resultado de inúmeros fatores, inclusive, das mudanças na nupcialidade e na formação dos arranjos familiares (CAMARANO, 2014). A discussão sobre a possível existência de um valor mínimo para a fecundidade já tem movimentado os demógrafos e, Camarano (2014) afirma que as famílias continuam tendo filhos, porém, em número menor. Para os pesquisadores Lutz, Shirbekk e Testa (2006), ainda não há, nas ciências sociais, uma teoria sobre a fecundidade que possa prever o seu futuro. Logo, esse é um tema que precisa de muitas pesquisas (e será objeto de estudo de outro artigo).

Retomando as análises sobre o processo de envelhecimento brasileiro, o Índice de Idosos, que é uma razão entre os grupos de jovens e pessoas idosas (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005), era de 28,9% em 2000, 80,0% em 2022, e na projeção para 2060, será de 259,6%, ou seja, para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, terão aproximadamente, 260 pessoas com 60 anos ou mais. No que se refere aos contingentes de ambos os grupos em relação à população total, em 2060, registram-se: as pessoas idosas serão quase 33,7% (73,5 milhões de pessoas idosas) e, as crianças, aproximados 13,0% (28,3% milhões).

Para Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), uma preocupação no que se refere às projeções sobre o envelhecimento populacional, é a sustentabilidade dos sistemas de previdência pública e privada, considerando-se as condições vigentes (o tema sobre a sustentabilidade dos sistemas de previdência também requer uma maior discussão, não objeto deste estudo). Para uma aproximação da questão, são analisadas as Razões de Suporte Potencial – RSP, que são as pessoas em idades ativa e produtiva (aqui tomadas como as de 20 a 59 anos), em relação às pessoas idosas (60 anos ou mais) – técnica adotada também por Alves (2022). Segundo o autor, a RSP é uma métrica para avaliar o grau de dependência entre a população em idade de trabalhar e a população idosa.

Os valores da RSP para o Brasil foram iguais a 6,0, em 2000; a 3,6 em 2022 e, para a população projetada, as RSPs serão de 1,4 em 2060, para ambos os sexos; e de 1,6 para homens idosos e 1,3 para as mulheres idosas, ou seja, pouco mais que uma pessoa ativa para um idoso. Esses resultados podem indicar o grau de dificuldade que os sistemas previdenciários enfrentarão, além de levantar uma pergunta: quem cuidará de quem? No

tocante às mulheres, as RSPs femininas mais baixas que as dos homens idosos, revelam o fato das mulheres saírem do mercado de trabalho mais cedo e são mais longevas, logo, o numerador do indicador diminui enquanto o denominador cresce.

Nas projeções de Alves (2022), a RSP para ambos os sexos, para o Brasil, em 2100, será de 1,1, enquanto no mundo será de 1,7 adulto de 20 a 59 anos para cada idoso com 60 anos ou mais. O envelhecimento populacional tem relação inversa com a RSP (ALVES, 2022) e com a fecundidade.

Em 2010, há 14 anos, Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010) chamavam a atenção para o futuro da estrutura etária do Brasil, fazendo uma referência ao processo de envelhecimento demográfico em curso e à “série de novos desafios” que o grande contingente de idosos representará. De fato, serão desafios para o Estado, a sociedade e as famílias, em um *timing* diferente do enfrentado quando se tem populações jovens, implicando necessidade de redesenho das políticas públicas para o envelhecimento populacional e, principalmente, aquelas que envolvem as relações entre as gerações e a responsabilidade por as atividades de cuidado. Oportuno complementar que esse envelhecimento é, igualmente, “[...] um desafio para a saúde pública” (BRITO et al., 2013, p. 174).

No que diz respeito às unidades da federação (UFs), os estados brasileiros mais envelhecidos no último Censo Demográfico (2022), com mais de 16,5% da sua população constituída por pessoas com 60 anos ou mais, foram Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Espírito Santo. Em 2030 (não existem projeções para as UFs para 2060, até o fechamento deste trabalho), essas UFs terão percentuais de idosos acima de 20,8, com exceção do Espírito Santo, com 19,2% e surgindo Santa Catarina, com 20,1% de idosos. Há que se pensar, também, nos números absolutos de idosos que, em 2030, por exemplo, serão mais que 10 milhões em São Paulo – talvez, serão indivíduos precisando de cuidado, companhia, entre outros tipos de suporte, como já assinalado por Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), ao citarem os contratos intergeracionais e a cultura do cuidado.

E 2030 está ali: será o envelhecimento das gerações filhas da alta fecundidade do passado, embora já se observasse a queda da fecundidade na década de 70 do século XX (CARVALHO; BRITO, 2005). Sim, o envelhecimento populacional é a alteração mais marcante da estrutura demográfica (CERQUEIRA; RODRIGUES, 2005).

Continuando com os estados mais envelhecidos do Brasil, as RSPs, em 2030, para ambos os sexos, serão: no Rio Grande do Sul, igual a aproximados 2,2; no Rio de Janeiro, igual a 2,5; São Paulo, 2,7; Paraná, também aproximadamente 2,7 e Minas Gerais, 2,6 – ou seja, haverá menos que 3 pessoas em idade ativa e produtiva para cada idoso.

Contudo, e tendo em vista a dimensão do Brasil, faz-se necessário citar que existem vários estágios da transição demográfica no próprio país, como também ressaltado por Vasconcelos e Gomes (2012); portanto, há UF em situação diferente dessas citadas anteriormente, no que se refere à estrutura etária. A UF que se apresentará menos envelhecida, em 2030, de acordo com as projeções, será Amapá, e terá um percentual de

pessoas idosas igual a 10,1%, com aproximadamente 101.720 pessoas idosas, e uma RSP para ambos os sexos igual a 5,8, ou seja, quase 6 pessoas em idade ativa e produtiva, de 20 a 59 anos, para um idoso.

Tratando-se do numerador das RSP, a parcela da população de 20 a 59 anos (replicando a metodologia de Alves, 2022), foi igual a 51,3% da população brasileira em 2000; a 57,3% em 2022 e será 48,4% em 2060. Esses resultados indicam a transição demográfica, como também o momento atual, com grande contingente em idade ativa e produtiva, definido como “bônus demográfico” que, bem aproveitado (ALVES, 2015), pode gerar condições de vida adequadas para o futuro, quando haverá significativo percentual de população idosa (aproximados 33,7% em 2060, Brasil).

O bônus econômico é aproveitado de forma eficiente quando a taxa de População Ocupada – PO é alta, ou seja, não adianta possuir uma grande parcela (em 2022, 57,3%) da população brasileira em idade ativa se nesse percentual encontrarem-se muitas pessoas desempregadas. Logo, para que haja crescimento econômico, políticas econômicas eficientes que incentivem a geração de emprego e aumento da produtividade do trabalho são essenciais (ALVES, 2020).

No que se refere ao envelhecimento populacional, quando bem aproveitado, ele também pode se transformar em bônus, de acordo com Alves (2022). É possível adotar políticas para estender o período do bônus demográfico, estimulando a reinserção de pessoas idosas que querem trabalhar, no mercado de trabalho, considerando-se a expertise desse grupo. E, ainda, elaborar políticas para a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e, por mais tempo.

A partir do exposto, e tendo por fundamentação que as tendências demográficas são irreversíveis (CARVALHO; BRITO, 2005), o conhecimento e a antecipação dos possíveis cenários com números crescentes de pessoas idosas pode servir de subsídios para as discussões presentes e a tomada de decisões assertivas, lembrando-se que o processo de mudança na estrutura etária de uma população é contínuo, dinâmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar um ensaio sobre o mesmo tema, apresentado em congresso internacional, este trabalho cumpriu com o seu objetivo geral de analisar a estrutura etária do Brasil e de algumas unidades da federação neste século XXI, com ênfase no processo de envelhecimento populacional, e trouxe para as análises, como a principal novidade, os dados do Censo Demográfico de 2022.

Os significativos contingentes de idosos atuais e futuros (15,8% e 33,7% da população total, respectivamente, em 2022 e 2060) trazem, para a sociedade, o Estado, os legisladores de políticas públicas e as famílias, muitas demandas e desafios. Entre tantos, as Razões de Suporte Potencial, iguais a 3,6 em 2022 e 1,4 em 2060, para o Brasil, indicam que o suporte oferecido pela parcela dos que estão em idade de 20 a 59 anos, para aqueles com mais de 60 anos, já é uma questão que implica maior atenção.

Se o envelhecimento populacional é uma vitória no tocante à sobrevivência e longevidade, faz-se necessário responder, com ações, as questões que essa vitória trouxe, como por exemplo, no que se relacionam à acessibilidade, as cidades brasileiras estão preparadas para o maior contingente populacional de pessoas idosas? Na imperativa desigualdade social, o envelhecimento populacional é igualitário em oportunidades de acesso a demandas por saúde, educação e cultura?

Pelo visto, a agenda de pesquisa não se encerra com este trabalho. Oferecer subsídios para o planejamento de ações, visando o redesenho de políticas para o envelhecimento humano, deve estar par a par com a dinâmica demográfica, analisando o presente e antecipando, por meio de projeções, o futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.D. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. **Textos para Discussão ENCE**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, n. 4, 2002.

ALVES, J. E. D. O fim do bônus demográfico e o processo de envelhecimento no Brasil. **Revista Portal de Divulgação**, n.45, Ano V. Jun/Jul/Ago. 2015.

ALVES, J.E.D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **R. bras. Est. Pop.**, v. 37, 1-18, e0120, 2020.

ALVES, J. E. D. **Demografia e Economia**. Nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI. Rio de Janeiro: ENS, 2022.

ALVES, J. E. D.; VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. **Textos para Discussão CEPAL – IPEA**. LC, BRS,R. 224. Brasília, DF: CEPAL, Escritório no Brasil, IPEA, 2010.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, que altera a Lei nº 10.741. Brasília, DF, 2022.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

BRITO, F. (Org.). **Transição demográfica e as políticas públicas no Brasil**: crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais. Brasília/DF: SAE, 2007.

BRITO, F.; AMARAL, P. V. M. Transição demográfica e a desigualdade entre os países. **Texto para Discussão n. 625**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, Ago. 2020.

BRITO, M. C. C. et al. Envelhecimento Populacional e os Desafios para a Saúde Pública: Análise da Produção Científica. **Revista Kairós Gerontologia**. 16(3), pp. 161-178, jun./2013.

CAMARANO, A. A. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. In.: CAMARANO, A. A. (org.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CARVALHO, J.A.M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

CARVALHO, J.A.M.; RODRIGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008.

CERQUEIRA, M.B.R.; RODRIGUES, R.N. Envelhecimento populacional: algumas questões. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.7, n.2, jul./dez. 2005.

CERQUEIRA, M. B. R. **Idosos vivendo com HIV/AIDS: vulnerabilidade e redes sociais em Belo Horizonte (MG), 2013**. Tese (Doutorado em Demografia), Belo Horizonte, 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

LUTZ, W.; SHIRBEKK, V.; TESTA, M. R. The low-fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. **Vienna yearbook of population research**. v. 4, p. 167-192, 2006.

VASCONCELOS, A.M.N.; GOMES, M.M.F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 21(4):539-548, out-dez 2012.

VERAS, R.P. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ; 1994.

VERAS, R.P. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev. Saúde Pública**, 43(3), 548-554, 2009.